

Na reunião de 12. de Setembro de 2017
foi aprovado por unanimidade,
com ausência do PEV.



Exmo. Senhor

Presidente da Comissão Parlamentar de

Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias,

Doutor Bacelar de Vasconcelos

REQUERIMENTO

Avolumam-se os casos de denúncia pública da crescente incapacidade na operacionalidade e eficácia das forças de segurança interna dada a inusitada limitação de meios e de constrangimentos financeiros a que estão submetidas.

No dia de hoje foi dado a conhecer que o Comando Territorial do Porto da GNR comunicou a todas as chefias do distrito, que os constrangimentos orçamentais para a reparação e manutenção de viaturas são de tal forma acentuados que levam a medidas de contenção extraordinárias, nomeadamente os militares foram avisados de que "é absolutamente proibida a autorização de qualquer serviço/aquisição que origine despesa sem prévia emissão da nota de encomenda".

Da mesma forma, dada a degradação do parque de viaturas, terão sido avançadas medidas como a de privilegiar, quando possível, o patrulhamento apeado e recomendar que as viaturas façam mais 5000 km do que o recomendado para a mudança de óleo.

Também na Polícia de Segurança Pública são claras as limitações a uma atuação com qualidade e dignidade, tal como foi salientado, também no dia de hoje, pelo Comandante Metropolitano da PSP do Porto, nas comemorações dos 150 anos da instituição.

O Grupo Parlamentar do PSD sabe bem que estes constrangimentos financeiros na GNR e na PSP não se restringem ao distrito do Porto, antes abarcam todo o território nacional condicionando e prejudicando o cumprimento de funções básicas de segurança interna e afetando a imagem daquelas instituições públicas e dos seus agentes.

Acresce, ainda, o já conhecido caso do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a sua reconhecida asfixia financeira e de meios logísticos e humanos, situação de tal modo grave que já motivou um anúncio de greve para o presente mês de agosto.



GRUPO PARLAMENTAR

Este quadro geral é insustentável e perturba de modo fatal a ilusão propagandeada pela Senhora Ministra da Administração Interna e do seu Governo de que a austeridade nos serviços públicos terminou - pelo contrário, os factos comprovam que os cortes orçamentais e as cativações mantêm as entidades responsáveis pela segurança interna numa lógica de desdém financeiro e de contenção extraordinária que, apesar do empenho, espírito de sacrifício e patriotismo dos seus membros, lhes tem vindo a cercear as condições mínimas para desenvolverem uma atividade digna de um Estado de Direito democrático.

Há uma contradição insanável entre aquilo que o Governo e a Senhora Ministra têm vindo a descrever sobre o estado das forças de segurança interna e aquilo que afirmam os seus responsáveis e agentes.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD solicita a audição da Senhora Ministra da Administração Interna, com a máxima urgência, visando consubstanciar as devidas explicações do Governo à Assembleia da República acerca do estado do sistema de segurança interna e da operacionalidade das entidades e serviços que o integram.

Palácio de S. Bento, 8 de agosto de 2017

Os Deputados do PSD,

Carlos Abreu Amorim